



33636461



08004.000173/2025-66



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (33636461)

Data	28/10/2025	
Local	MJSP - 3º ANDAR sala 304	
ITEM	NOME	ÓRGÃO
1	David de Lima Freitas	SPO
2	Eduardo Barros	SENACON
3	Maria do Carmo Rodrigues Macedo	SENAJUS
4	José Roberto Ângelo Barros Penha	PRF
5	Genivaldo dos Santos Costa	SENASP
6	Maria Cecília da Silva Lima	SENAD
7	Priscila Yuvamoto	CADE
8	Michelle Lira	ANDP
9	Ediane de Assis Bastos	SEDIGI
10	Adenisio Alvaro Oliveira de Souza	AECI
11	Bruna Ignácio Moreira	CGGE/SPO/SE
12	Monique Reboucas Rodrigues	PF
13	Isabella Porfirio Rosa	PF
14	Mariana Soares de Toledo Monteiro	SAJU

Pauta da reunião (33442362)	<ol style="list-style-type: none">1. Governança em Ação;2. Monitoramento das Políticas Públicas;3. Informações Gerais; e4. Encaminhamentos.
--	--

1. A reunião da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica (CT-CGE) foi iniciada pelo Subsecretário de Planejamento e Orçamento e Coordenador da Comissão, Sr. David Freitas, saudando os presentes. Em seguida, foi realizada uma breve rodada de apresentações para que os participantes se conhecessem e expusessem suas respectivas áreas de atuação.
2. Na sequência, o coordenador apresentou a pauta do encontro e iniciou a apresentação do tópico “Governança em Ação: Práticas que fazem a diferença”. A exposição foi conduzida pelo senhor José Roberto, Coordenador-Geral de Governança e Estratégia da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que apresentou a boa prática intitulada “Curso de Desenvolvimento em Gestão Estratégica (CDGEST)”. Explicou que a iniciativa integra um programa de capacitação em três níveis -fundamental, intermediário e avançado - destinado a mais de mil gestores da PRF. O curso tem por objetivo disseminar a cultura de gestão estratégica e fortalecer o entendimento do ciclo de planejamento institucional, promovendo o alinhamento entre as atividades operacionais e o mapa estratégico da PRF para o período de 2023 a 2028. Destacou-se o uso do modelo *Balanced Scorecard* (BSC) como referência metodológica e o investimento em comunicação interna para que a estratégia alcance todos os níveis da corporação. O Sr. José Roberto enfatizou que o curso representa apenas 5% do custo de um treinamento presencial, adotando uma metodologia híbrida, com momentos síncronos e assíncronos, o uso da sala de aula invertida para aprimorar a aprendizagem. A plataforma utilizada, denominada Lúmen, é baseada no ambiente *Moodle* e permite o controle das competências e gestão administrativa dos cursos. O programa já formou mais de 600 gestores e prevê alcançar dois mil capacitados até o primeiro semestre de 2026. O coordenador da CT-CGE, Sr. David, elogiou a iniciativa e sugeriu diálogo com a área de gestão de pessoas para avaliar a possibilidade de replicação do modelo para outras unidades do Ministério.
3. Em seguida, o servidor Genivaldo, representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), apresentou um panorama geral das políticas públicas monitoradas pela unidade, ressaltando a inovação das Comissões Permanentes de Monitoramento, que permitem acompanhamento mensal das ações.
4. Na sequência, o servidor Júlio apresentou a Política de Aperfeiçoamento da Atividade de Inteligência em Segurança Pública. Informou que a política, conduzida pela Senasp, tem como finalidade fortalecer a coordenação e integração entre as agências de inteligência, reduzindo a fragmentação das informações e ampliando o compartilhamento seguro de dados. O principal indicador utilizado é a difusão de documentos de inteligência entre as agências do sistema, cuja meta de 9.700 difusões no ano de 2025 já foi superada, atingindo 10.760 documentos até outubro deste ano. Foram apresentados os principais projetos vinculados à política, incluindo a Rede do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública (Rede CIISP), o Projeto Dinâmicos, a Escola Nacional de Inteligência de Segurança Pública (ENAIISP) e o Programa INTEL-F, desenvolvido em parceria com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), para capacitação de agentes na área de inteligência financeira, voltado ao enfrentamento da lavagem de dinheiro perpetrada por organizações criminosas. Entre as entregas previstas estão a atualização da doutrina nacional de inteligência, a reestruturação da rede CISP, a realização de encontros anuais de chefes de inteligência e a atualização do decreto que regulamenta o subsistema nacional de inteligência, prevista para 2026.
5. Dando continuidade, o Sr. Thiago Nicácio, diretor da Senacon, apresentou dados sobre a Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos, com foco na execução do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD). Relatou que, em 2024, o fundo registrou arrecadação recorde de um bilhão e novecentos milhões de reais, mas enfrentou baixa execução devido a contingenciamentos orçamentários. Em 2025, a arrecadação foi de 721 milhões, dos quais 174 milhões estavam disponíveis para execução e 103 milhões já empenhados. Explicou que o fundo acumula um superávit de sete bilhões e trezentos milhões de reais, entre 2008 e 2025, porém grande parte dos recursos é anualmente devolvida ao Tesouro Nacional. Destacou o papel do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD), responsável pela análise e aprovação dos projetos, e mencionou as parcerias firmadas com diversos órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e de outras pastas, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a PRF, a Polícia Federal (PF), a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Secretaria Nacional de Acesso à Justiça (Saju). Observou, entretanto, que a destinação compulsória de parte dos recursos a projetos trabalhistas, determinada pela ADPF 944 do Supremo Tribunal Federal (STF), tem limitado a amplitude do fundo em outras áreas temáticas, ainda que garanta a execução

de valores não contingenciáveis no eixo de defesa de direitos trabalhistas, desestimulando a destinação de recursos ao FDD.

6. Logo em seguida, o coordenador David apresentou os informes gerais. Comunicou que a próxima reunião da CT-CGE está agendada para o dia 25 de novembro, sendo a última reunião do exercício. Ressaltou a relevância da Comissão como instância de governança, gestão de políticas públicas e prestação de contas do Ministério, enfatizando que seus trabalhos subsidiam a informação, a tomada de decisão de gestores e respostas a órgãos de controle, especialmente ao Tribunal de Contas da União (TCU). Foram informados dados sobre a execução orçamentária das unidades. Apresentou também a execução de emendas parlamentares e pediu articulação das unidades para aumentar o máximo essa execução até o final do ano.
7. Por fim, destacou, ainda, a elaboração do Relatório de Gestão de 2025, a cargo da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), em parceria com a Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), e comunicou a inovação no processo de monitoramento do Plano Plurianual 2024–2027, que passará a ser realizado diretamente pelas unidades no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

ENCAMINHAMENTOS:

Próxima reunião:

- 25/11/2025, às 15h, sala 304, Edifício Sede.
- Apresentações de monitoramento:
 - SENAJUS: Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
 - PRF: Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais.

Ao final, o Coordenador da CT-CGE agradeceu a participação dos membros da Comissão e reforçou os compromissos assumidos durante a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília da Silva Lima, Coordenador(a) de Administração**, em 10/11/2025, às 11:02, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO, Coordenador(a) de Gestão Interna**, em 10/11/2025, às 16:14, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto Angelo Barros Soares, Usuário Externo**, em 11/11/2025, às 11:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Genivaldo dos Santos Costa, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**, em 11/11/2025, às 12:13, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adenisio Alvaro Oliveira de Souza, Coordenador(a)-Geral de Processos de Controle**, em 12/11/2025, às 11:34, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **David de Lima Freitas, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 12/11/2025, às 11:39, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Glauber Antonio Rodrigues Alves, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 12/11/2025, às 14:09, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ediane de Assis Bastos, Coordenador(a) para Proteção de Crianças e Adolescentes em Ambiente Digital**, em 12/11/2025, às 15:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Soares de Toledo Monteiro, Coordenador(a) de Orçamento e Finanças**, em 18/11/2025, às 18:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **33636461** e o código CRC **EB8633BB**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.